



## **Não fechem a minha escola: o potencial das conversações políticas para a formação de jovens sujeitos políticos<sup>1</sup>**

**Francine Altheman<sup>2</sup>**

**Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) / Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)**

**Tamires Ferreira Coêlho<sup>3</sup>**

**Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

### **Resumo**

O objetivo deste texto é refletir sobre possibilidades teóricas para uma análise em andamento das conversações políticas online em torno do movimento *Não fechem a minha escola*, que se iniciou em outubro de 2015 em São Paulo após o anúncio da reorganização escolar proposta pelo Governo do Estado. A discussão online gerada em páginas como essa, no Facebook, revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir trocas argumentativas pautadas pela justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas; pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da reciprocidade. O frescor e a jovialidade da democracia no Brasil e do debate social sobre direitos incide também sobre a questão do lugar do jovem para além do clichê da “esperança de um futuro melhor para a nação”, sobretudo quando são jovens de periferia e/ou dependentes de instituições públicas de ensino.

**Palavras-chave:** Conversação Política; Esfera Pública; Secundaristas; Jovens; Deliberação.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 11 – Comunicação, consumo e cidadania: políticas de reconhecimento, redes e movimentos sociais, do 6º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2016.

<sup>2</sup>Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero; Graduada em Jornalismo pela Unesp. Supervisora de Estágio e Professora do curso de Jornalismo da ESPM-SP. Email: franaltheman@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG com bolsa da CAPES; Doutoranda visitante no CELSA/Paris-Sorbonne (École des Hautes Études en Sciences de l'Information et de la Communication) com bolsa da CAPES; Mestre em Ciências da Comunicação pela Unisinos; Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela UFPI; Membro dos Grupos de Pesquisa Processocom, GRIS, Gripic e Margem; tamirescoelho@gmail.com.

## **Introdução**

Quando indivíduos de um grupo social, de uma comunidade ou mesmo de uma nação se sentem afetados coletivamente por um problema, o processo deliberativo pode ser instaurado para buscar o seu entendimento recíproco. É nesse momento que surge o debate na esfera pública, visando o consenso coletivo e o surgimento de uma opinião pública que deve direcionar a agenda política e gerar repercussão de interesse público nos veículos de comunicação.

A esfera pública é parte de uma “engrenagem social voltada para a solução coletiva” (Gomes, 2008:120). Ela é uma estrutura social orientada para a comunicação generalizada, um exercício de comunicação irrestrita entre os concernidos por um problema, e as palavras-chave para a esfera pública funcionar são publicidade, acessibilidade e visibilidade. Assim, um alto grau de acessibilidade a fatos, interpretações e informações é fundamental para o desenvolvimento da esfera pública.

A internet, mais especificamente no âmbito das redes sociais, se apresenta hoje como espaço de troca comunicativa que pode alimentar processos deliberativos mais amplos ao promoverem situações de conversação que levam potencialmente à formação de esferas públicas e ao desenvolvimento de capacidades argumentativas e reflexivas. Devido à impossibilidade da deliberação, conforme proposta por Habermas (2003; 2009), a conversação política online é importante para estruturar e fortalecer processos deliberativos que, ao articularem diferentes esferas públicas, demandam que os sujeitos que nelas interagem tenham tido a oportunidade de desenvolver suas capacidades argumentativas e reflexivas (Maia, 2008; Altheman, 2012). A conversação, portanto, pode incentivar os sujeitos a aprimorar formas de pensar, de formular verbalmente, interpretar, argumentar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente suas próprias vidas e de outros (Conover e Searing, 2005).

Assim, instaura-se uma situação comunicativa, onde a troca de argumentos e razões deve possibilitar a busca pela melhor solução do problema. Segundo Jürgen Habermas, a deliberação é um processo discursivo que conecta as diferentes discussões que ocorrem nas



esferas públicas e toma forma em uma “rede de discursos e negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas” (2003:47).

O ideal deliberativo proposto por Habermas é perfeito na teoria, mas mostra-se extremamente utópico quando se tenta colocá-lo em prática. Especialmente se for considerado que a teoria habermasiana foi produzida e em um contexto bastante específico, localizado na Europa, em países nos quais há uma tradição democrática mais antiga, acompanhada de liberdade de expressão e de incentivo à argumentação crítica. No contexto brasileiro, em uma democracia recente, com espaços de expressão, discussão e deliberação muito mais limitados, a deliberação e a esfera pública habermasianas são quase impossíveis de serem alcançadas, porque ganham elementos bastante específicos. Mesmo assim, a teoria de Habermas ainda é um norte para pensarmos esses conceitos.

O objetivo deste texto é refletir sobre possibilidades teóricas para uma análise das conversações políticas online em torno do movimento *Não fechem a minha escola*, que se iniciou em outubro de 2015 em São Paulo (e se espalhou posteriormente por vários estados brasileiros) após o anúncio da reorganização escolar proposta pelo Governo do Estado. O foco é avaliar as possíveis contribuições desses debates ou conversações políticas às discussões que se seguiram ao movimento. Pretende-se verificar a construção desses contextos online que potencialmente contribuem para a formação de sujeitos políticos, inicialmente a partir de conversações desencadeadas na página do movimento no Facebook<sup>4</sup>.

A discussão online gerada nessas páginas revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir trocas argumentativas pautadas pela justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas; pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da reciprocidade. É preciso destacar que não se trata de estudar a deliberação online, mas de salientar as contribuições que as conversações políticas podem trazer sobre problemas e questões que interessam à coletividade.

---

4 Disponível em: <<https://www.facebook.com/N%C3%A3o-Fechem-a-Minha-Escola-1167690429911982/?fref=ts>>.

Mas antes é importante conceituar os ideais normativos de deliberação e entender como se formariam esferas públicas digitais, para compreender que o contexto aqui apresentado está mais próximo da conversação política do que do ideal deliberativo.

### ***Não fechem a minha escola: breve contextualização do movimento***

O movimento de ocupação das escolas em São Paulo por secundaristas (inicialmente em escolas estaduais e, posteriormente, em outras instituições como a Assembleia Legislativa de São Paulo) conseguiu pautar problemas relacionados à precariedade do sistema educacional paulista e brasileiro, além de ganhar visibilidade midiática, pressionar fortemente a Assembleia Legislativa de São Paulo na investigação do desvio de merenda escolar e denunciar o fechamento de escolas públicas.

Após 6 meses de ocupações em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Goiás e Paraná, dentre outros estados, o movimento estudantil passou por um fortalecimento expressivo. A ocupação da ALESP foi o pontapé inicial para a instalação da CPI da Merenda<sup>5</sup>. O desdobramento desse acontecimento também contou com a participação de artistas em visitas e shows nas escolas ocupadas<sup>6</sup>, além de clipes de músicas de protesto com cantores famosos<sup>7</sup>, o que gerou visibilidade para ocupações que não depredam as instituições, mas que contam com escalas de trabalho e divisão de tarefas para a sobrevivência dos acampados (limpeza, cozinha e discussões políticas).

O movimento de ocupação dos estudantes, apesar de muito bem localizado, não é isolado. Há diversas semelhanças e articulações possíveis com movimentos internacionais, como o Nuit Débout<sup>8</sup> na França (movimento essencialmente jovem que começou contra a anulação de leis trabalhistas): são movimentos que geram redes de solidariedade, seja entre movimentos, seja entre manifestantes e a comunidade local; há novos fluxos e dinâmicas

---

5 Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462919412\\_910217.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462919412_910217.html)>.

6 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/marisa-monte-leoni-fazem-show-em-escola-ocupada-no-leblon-1-19216617>>.

7 Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/chico-buarque-e-artistas-gravam-clipe-para-alunos-de-escolas-ocupadas.html>>.

8 Disponível em: <<http://br.rfi.fr/franca/20160415-nuit-debout-uma-juventude-francesa-revoltada-mas-esperancosa-0>>.



de discussão e de ação que já não cabem nos enquadramentos e nos nomes estabelecidos por e para movimentos sociais tradicionais. A apropriação da internet e o ativismo em rede, a criação e viralização de petições e protestos, os registros audiovisuais dos atos e da truculência policial (material para denúncias) são alguns elementos essenciais dos novos processos de resistência.

Para Alain Badiou (2016), essa “crise da juventude popular” no mundo contemporâneo é associada a uma insubmissão e a uma confrontação do capitalismo liberal, que abandonou esses jovens em todas as partes do mundo. O medo da juventude é característico de nosso tempo: a necessidade de contê-la acompanha leis repressivas, práticas policiais e tecnologias que nem sempre emancipam. Por outro lado, torna-se interessante avaliar o impacto e a apropriação de redes sociais e outras ferramentas online em movimentos como o do *Não fechem a minha escola*, atentando para o fato de que as lógicas desses dispositivos influenciam nas ações e nas estratégias desses grupos de militância estudantil.

### **Esferas públicas digitais**

Deve-se ter cautela em apontar os fóruns online como esferas públicas, pois a troca argumentativa que caracteriza uma esfera pública é reflexiva, mesmo sendo de natureza conflitiva, propondo sempre a continuação do diálogo e a diversidade de públicos e a proliferação de todos os tipos de vozes na rede conectada podem caminhar na contramão dessa definição (Marques, 2010).

Silveira (2009) ainda aponta outras objeções para considerar o ciberespaço como esfera pública, no sentido habermasiano, como a natureza da própria rede. A definição de esfera pública pressupõe demandas de validade – verdade, veracidade e correção –, a discussão em um espaço público, com acesso igual a todos, e o agir orientado ao entendimento. Desse modo, a rede interconectada não poderia, a priori, cumprir esses requisitos. Além disso, como destaca Habermas, a formação de múltiplos mini-espacos públicos especializados na web pode fazer com que os sujeitos restrinjam suas

interlocuções àqueles espaços que congregam os temas de sua preferência e os interlocutores que pensam como eles:

O crescimento de milhões de salas de bate-papo (*chat rooms*) fragmentadas através do mundo tende a uma fragmentação de amplas audiências de massa, porém politicamente focadas, em um grande número de públicos isolados e voltados para uma única questão (Habermas, 2008:13).

Isso faz com que a comunicação digital seja realizada não apenas com o uso da linguagem comum que é dominada por todos os interagentes. A comunicação em rede é intermediada por *softwares* e condicionada por protocolos que delimitam os conteúdos e os formatos de interação. A assimetria entre interagentes no interior do ciberespaço é demasiadamente grande para colocar em dúvida se os atos de fala e a liberdade comunicativa são minimamente equilibrados nas interações entre os que dominam ou entendem os códigos e os que não entendem (Silveira, 2009).

O fato é que persistem ainda assimetrias nas relações e oportunidades de acesso à rede interconectada, o que impede os indivíduos de participarem ativamente e de forma igualitária da esfera pública. O uso da linguagem de forma clara, para que todos se entendam mutuamente, também é uma barreira na internet, já que nem todo significado atribuído à sentença é entendido por todos os participantes.

No entanto, Silveira (2009) e Girardi Júnior (2009) mostram que o conceito de Habermas sobre esfera pública em correlação com o mundo digital pode ser repensado. O ciberespaço pode ter contornos deliberativos, bem como os critérios normativos para o estudo das possíveis esferas públicas interconectadas. Essa correlação associada à apropriação de jovens secundaristas que estão “nas bordas”, que questionam o que está posto, pode levar a cenários em que os obstáculos à construção do acesso igualitário e de uma esfera pública são transpostos em prol da construção de seu próprio destino, desafiando a lógica capitalista de “desorientação desses sujeitos” e de limitação desses jovens ao papel de “consumidores” (Badiou, 2016).

Apesar de o termo esfera pública interconectada gerar controvérsias entre os autores, principalmente aqueles que seguem o ideal habermasiano, é possível encontrar



contextos deliberativos na rede. O próprio pensamento de Habermas sofreu grandes mudanças desde a *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Novos espaços de deliberação são formados e, com o passar dos anos, Habermas observa a força da esfera pública não está na sua efetiva realização cotidiana, mas sim em novas possibilidades de expressão. Mesmo assim, não utiliza o termo esfera pública interconectada em seus textos, ignorando a crescente utilização das redes interconectadas como espaços de debate e discussão.

Liráucio Girardi Júnior (2009) sugere que repensemos a esfera pública por meio das novas possibilidades de redes interconectadas e dos processos de interação mediados. “Um mundo de fatura de acessos, conexões, escolhas, relacionamentos conhecimentos, sensações, informação etc. mediados por tecnologias capazes de garantir um fluxo de conversação incessante e livre” (2009:99).

Para mostrar outro aspecto da esfera pública, que pode ser verificada na rede interconectada, de forma mais simples e pragmática do que aquela formulada por Habermas, é interessante observar os estudos de Yochai Benkler (2006).

Benkler parte da comparação empírica de duas plataformas de esferas públicas: uma dominada pelos *mass media* e outra que ele chama de esfera pública interconectada. A economia informacional das redes seria a principal forma da esfera pública interconectada. Para ele, a rede dá aos atores sociais - os concernidos por um problema - maiores possibilidades de manifestação, o que demonstra uma reconfiguração e ampliação da esfera pública.

Assim, Benkler afirma que já podemos falar em esfera pública interconectada que

(...) não é feita de ferramentas, mas das práticas de produção social que essas ferramentas possibilitam. O principal efeito da Internet sobre a esfera pública em sociedades liberais depende da informação e da atividade de produção cultural de atores de não-mercado emergente: indivíduos que trabalham sozinhos e de forma cooperativa com os outros, associações formais, como ONGs, e os efeitos que tudo isso provoca na mídia em si (Benkler, 2006:219-220).

Outras características, segundo Benkler, são a arquitetura da rede e os baixos custos. Além disso, ela supre os problemas com relação à comunicação de massa, que dá excessivo poder aos seus proprietários, suprimindo o caráter igualitário da esfera pública.

Sem deixar de lado as barreiras digitais da rede, Rousiley Maia (2008) também observa o potencial democrático e deliberativo da internet. “A rede pode proporcionar um meio pelo qual o público e os políticos podem comunicar-se, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos” (2008:277).

Mesmo considerando as diversas possibilidades de construção de esferas públicas, os autores têm cautela ao falar sobre esfera pública digital. É importante lembrar que se expressar não garante a formação dessas esferas e não garante ser ouvido e que os argumentos sejam compreendidos, pois a igualdade não é exatamente uma característica da rede. “Redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária – pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem ‘se enredar’” (Galloway, 2010:89).

Benkler, como bem apontou Silveira (2009) também constata as objeções feitas à esfera pública digital, a saber:

- 1) O excesso de informação gera uma enorme “Torre de Babel” e acabará reforçando a desagregação do debate público;
- 2) a concentração das atenções está ocorrendo na rede e poucos são os sites com grande audiência;
- 3) o enfraquecimento da grande mídia representa o enfraquecimento da função de “cão de guarda” da democracia;
- 4) os países autoritários podem usar filtros e monitoramentos para silenciar a internet;
- 5) a exclusão digital é um impeditivo para que a rede possa ser considerada um espaço público de debate abrangente (SILVEIRA, 2009:80).

Manuel Castells (2013), por outro lado, ao analisar os diversos movimentos sociais na era da internet, aponta a rede como fator fundamental para o sucesso das manifestações no mundo todo. Apesar dos movimentos acontecerem nas ruas, é nas redes sociais que eles tomam forma e intensidade.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos





que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada (Castells, 2013:170-171).

Alguns desses princípios, como veremos no próximo tópico, serão utilizados como base para refletir e analisar a participação política daqueles que participaram do movimento no Brasil em um espaço de discussão online.

### **Conversações Políticas nas redes sociais: um novo espaço de debate**

Vários espaços virtuais, a princípio vistos como não políticos, geram discussão política, expondo os participantes a perspectivas diferentes e convidando-os a se posicionarem. Nesse sentido, o percurso metodológico aqui desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação online. As trocas de enunciados no Facebook têm tido aspectos considerados como deliberativos, por isso é interessante observar esse espaço virtual nesse contexto político social do país.

Pode-se destacar ainda o fato de que o próprio espaço do Facebook oferece ferramentas para a construção da conversação. A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem e o arquivamento das trocas permite que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como também traçar as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados. Assim, são construídas novas noções e lógicas de espacialidade e temporalidade nas relações comunicativas.

Quanto às contribuições que conversações políticas no Facebook podem oferecer ao processo deliberativo mais amplo sobre as manifestações no Brasil, procurou-se observar, a partir das trocas desencadeadas por um vídeo específico, como os interlocutores identificavam uma série de possibilidades de abordar o problema; como buscaram compreender as principais nuances da questão; o modo como se deu a apropriação e

contestação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis; e como ocorreu a explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Busca-se revelar se as conversações podem contribuir para a realização dos seguintes princípios normativos que guiam a deliberação:

- Discussão crítico-racional: como os participantes expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser refutados e justificados;
- Reciprocidade: envolve a troca de turnos e respostas às afirmações dos outros. O ponto de vista apresentado deve ser confrontado pela visão oposta dos outros, com respeito mútuo;
- Reflexividade: os participantes se mantêm flexíveis para alterar suas opiniões e preferências quando confrontados com críticas e argumentos sustentados pelos outros;

No quadro abaixo estão sintetizadas as principais características da conversação política e suas potenciais contribuições ao processo deliberativo tomando como base alguns dos princípios normativos elaborados por Habermas:

	<b>Conceito</b>	<b>Operacionalização</b>
1) Discussão crítico-racional	O modo como os participantes de trocas comunicativas em espaços online expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados. Deve ter coerência e continuidade.	Análise de conteúdo de todas as mensagens compreendidas pelo corpus empírico; observar se as afirmações são baseadas em razões (justificadas) e quão complexas elas são; avaliar as evidências apresentadas, experiências pessoais, testemunhos e reflexões críticas.



2) Reciprocidade	A opinião deliberativa deve ser confrontada pela visão oposta dos outros, envolvendo respeito mútuo e escuta atenta do ponto de vista apresentado pelos outros.	Associar a reciprocidade à alternância de turnos entre os participantes, notar se os participantes se engajam uns com os outros; em que medida uma mensagem leva em consideração argumentos e opiniões de uma mensagem precedente.
3) Reflexividade	Os participantes devem se manter flexíveis para alterar suas opiniões e preferências quando confrontados com críticas e argumentos sustentados pelos outros.	Analisar o conteúdo que seleciona os exemplos e evidências acionados para justificar um argumento; também é possível combinar a análise de conteúdo com entrevistas com os participantes para saber se eles mudaram de opinião ou se demonstraram estar mais informados depois do debate.

Fonte: Adaptado de Altheman; Martino; Marques, 2013.

Para Manuel Castells (2013), o sucesso dos sites de relacionamento não é o anonimato, “mas, pelo contrário, a autoapresentação de uma pessoa real conectando-se com outras reais” (2013:169). No caso do movimento estudantil analisado, está clara a tentativa de construção de uma identidade do grupo e das causas pelas quais eles estão lutando por meio das redes, bem como há uma construção do movimento em função do olhar do outro. Eles sabem que são observados (pela comunidade e pelas instituições de controle policial) e que o Facebook é um mecanismo de visibilidade de sua causa. Assim, utilizam essa rede para evidenciar uma luta que vai além dos muros das escolas, bem como

para denunciar violências durante as ocupações, sendo essa exposição às vezes espontânea, às vezes estratégica.

A tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro – são, de modo geral, dificilmente alcançados nas trocas online, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos. A pouca tolerância entre os interlocutores conduz a resultados pouco reflexivos e muito mais articulados como uma disputa retórica e estratégica por convencimento. Em situações como essa a revisão individual de um ponto de vista à luz das considerações dos outros (reflexividade) fica enormemente comprometida.

A reciprocidade nos revela em que medida os participantes trocam opiniões, pedem esclarecimentos, incorporam e/ou respondem aos pontos de vista de seus interlocutores. O fato de proverem respostas reciprocamente, e por escrito, indica que os participantes da discussão refletem sobre os argumentos propostos, que os conhecem e que, de certa forma, entendem o que seus interlocutores querem dizer. Essa dinâmica permite a valorização e o desenvolvimento de habilidades cívicas como, por exemplo, o exercício de explicar, revisar e transformar perspectivas à luz das observações e indagações feitas pelos outros.

### **Considerações**

A dimensão política dos usos tecnológicos desses jovens se reinventa ao longo das apropriações, da criatividade que pode permeá-las. O frescor e a jovialidade da democracia no Brasil e do debate social sobre direitos incide também sobre a questão do lugar do jovem para além do clichê da “esperança de um futuro melhor para a nação”, sobretudo quando se trata de jovens de periferia e/ou dependentes de instituições públicas de ensino.

O uso do Facebook e a exposição online não garantem a formação de esferas públicas, mas potencializam conversações e trocas comunicativas que podem ser extremamente importantes para esses movimentos sociais em processo de construção e em busca de autonomia. A consciência sobre a construção de si diante do outro e do olhar do



outro como conformador do próprio desenho desse movimento estudantil passa por essas conversações: tanto nas mediações que o “arquitexto” do Facebook promove e facilita, quanto nos obstáculos que ele cria.

Se, por um lado, a negação de conhecimento e de estrutura (por parte do Estado) nas escolas públicas traz inúmeros problemas para os alunos, em termos de adequação às demandas dos vestibulares e de inserção no mercado de trabalho, por outro, nesse mesmo espaço é construída uma criticidade forte (ao sistema e às exclusões diárias que ele promove). Os secundaristas têm uma educação política, construída “na marra”, que está muito longe de chegar às instituições privadas, pois passam por ausências e necessidades básicas que a maioria dos alunos de classe média/alta por vezes nem sabe que existem.

Diante do processo de luta e autonomia dos secundaristas e de seu desafio aos governos estaduais, bem como de seu poder de mobilização das comunidades em prol de condições básicas de ensino, está mais que evidente que a educação formal não é (e talvez jamais tenha sido) equivalente à educação política. Seria esse o início da reforma política que tanto almejamos? Ela começa nas escolas, nas comunidades, baseada na solidariedade e em pressão por mudanças estruturais, rompendo com as lógicas de movimentos sociais antigos e reinventando mecanismos de articulação e de aparência, de se fazer visível.

## Referências

ALTHEMAN, F. Esferas Públicas de conversação política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012, Fortaleza. Anais do XXXV Intercom. São Paulo: Intercom, 2012, v. 35.

ALTHEMAN, F.; MARTINO, L. M.; MARQUES, A. O potencial deliberativo de conversações políticas sobre o Projeto de Lei do Ato Médico no Youtube. **Revista Compólitica**, n. 3, v. 1, ed. Jan-jun, 2013.

BADIOU, A. **Conférence Quelle place et quel rôle pour les jeunes dans le monde contemporain**. Sait-Denis: 2016.

BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e**

**comunicativas** – textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, pp. 109-141.

BENKLER, Y. **The wealth of networks**. How social production transforms markets and freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONOVER, P; SEARING, D. D. Studying ‘Everyday Political Talk’ in the Deliberative System. **Acta Política**, Houndmills, Vol. 40, nº 3, set. 2005, pp. 269-283.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, Duke University, nº 25/26, 1990, pp. 56-80.

GALLOWAY, A. R. Qual o potencial de uma rede? In: SILVEIRA, Sergio Amadeu da (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010, pp.87-99.

GIRARDI JR., Liráucio. Trocas simbólicas no ciberespaço e os processos de construção de esferas públicas interconectadas. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, pp.90-106.

GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 117-162.

HABERMAS, J. Jürgen Habermas: Morality, Society and Ethics – an interview by Torben Hviid Nielsen. **Acta Sociologica**, nº 33, v. 2, 1990, pp. 93-114.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, São Paulo, Ano XI, nº 21, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação linguística da sociologia**. Obras escolhidas de Jürgen Habermas. Vol. I. Lisboa: Edições 70, 2010.

MAIA, R. C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp.195-219.

\_\_\_\_\_. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 277-292.

MARQUES, A. A deliberação online como uma das dimensões políticas da comunicação mediada por computador: reflexões teórico-metodológicas. In: CONGRESSO



BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo: Intercom, 2010.

\_\_\_\_\_. A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa. In: BRAGA, J.L.; LOPES, M. I. V. & MARTINO, L. C. (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010, p.315-340.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, pp.70-89.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 365-386.